



**O Peru entre dois generais: San Martín e Bolívar no imaginário nacional peruano até o Primeiro Centenário (1821-1921)**

*Rafael Dias Scarelli*



## resumo

Na Guerra de Independência peruana atuaram dois dos principais líderes militares sul-americanos do momento: os generais Simón Bolívar e José de San Martín. Enquanto San Martín proclamou a independência em 28 de julho de 1821, coube ao exército de Bolívar alcançar a vitória final contra as forças espanholas apenas três anos depois. Este artigo se propõe a examinar o lugar reservado a esses dois heróis nas narrativas construídas sobre a emancipação peruana ao longo do primeiro século da história republicana do país, partindo da análise de obras artísticas – especialmente, pinturas e esculturas – resultantes de encomendas oficiais.

**Palavras-chave:** Peru; Simón Bolívar; José de San Martín.

## abstract

*In the Peruvian War of Independence took part two of the main South American military leaders of the moment: Generals Simón Bolívar and José de San Martín. While San Martín proclaimed the independence on July 28, 1821, it was the Bolívar's army that achieved the final victory against the Spanish forces just three years later. This article aims to analyze the place reserved for these two heroes in the narratives about the Peruvian political emancipation over the first century of the country's republican history, focusing on artistic works – specially, paintings and sculptures – resulting from official commissions.*

**Keywords:** Peru; Simón Bolívar; José de San Martín.

**A**

ilustração na página seguinte (Figura 1) estampou a capa do jornal peruano *El Comercio*, em sua edição de 28 de julho de 1921, comemorativa ao primeiro Centenário da Independência do país. Nela, vemos frente a frente os dois mais consagrados líderes da luta emancipacionista na América do Sul, os generais Simón Bolívar (1783-1830) e José de San Martín (1778-1850), cujas mãos estão unidas por uma figura alegórica da pátria peruana. Rodeia o grupo central, como que para não deixar dúvidas sobre quem são as

---

Este artigo é resultado de pesquisa de mestrado do autor, desenvolvida no PPGHS-USP, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) – processo n. 2017/05623-7 e processo n. 2018/11586-0 – e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da Fapesp e da Capes. As citações em língua estrangeira foram traduzidas pelo autor.

figuras representadas, um círculo de flores cujas cores correspondem às bandeiras dos países dos quais provêm cada personagem: a Argentina (azul, branco e azul, flores próximas a San Martín), o Peru (vermelho, branco e vermelho, flores próximas à alegoria da pátria) e a Venezuela (amarelo, azul e vermelho, flores próximas a Bolívar). Ao fundo, e gravado no vestido da mulher ao centro, brilha um majestoso sol, elemento recorrente nas representações da nação peruana por sua vinculação ao mundo pré-hispânico. Na parte inferior da composição, sobrepostos de forma harmoniosa, estão os escudos nacionais do Peru e da Espanha, acompanhados pelas bandeiras de cada país<sup>1</sup>.

---

1 A representação do escudo da Espanha, bem como o texto publicado nesta edição do jornal, que tece muitos elogios à antiga metrópole, justifica-se nos marcos do hispanismo vigente no Peru àquele período.

---

**RAFAEL DIAS SCARELLI** é doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, com financiamento da Fapesp (processo n. 2020/05096-0).



FIGURA 1



El Comercio, 28 de julho de 1921, p. 1

A presença de Bolívar e San Martín nessa imagem, personagens vinculados aos dois principais focos da luta independentista na região meridional da América Espanhola nas primeiras décadas do século XIX, os vice-reinos do Rio da Prata e de Nova Granada, explica-se pelo fato de que os dois chefes militares e seus exércitos convergiram para o território do então vice-reino do Peru, atuando na independência deste país e, portanto, compartilhando a condição de libertadores da pátria peruana, representada entre eles. Contudo, a despeito do espírito de união e fraternidade que a imagem nos transmite, os dois personagens não lutaram lado a lado no Peru, nem tiveram uma plena convergência ideológica a respeito de qual deveria ser o caminho das nações após a emancipação do domínio colonial. Ao contrário, após o verdadeiro encontro presencial entre os dois, a conferência ocorrida em Guayaquil em julho de 1822, San Martín se retirou de cena, abrindo caminho para Bolívar e seu exército assumirem a condução da guerra no Peru.

Este artigo se propõe a analisar o lugar reservado aos dois heróis na narrativa histórica que se forjou da independência peruana, ao longo do primeiro século de vida independente do país, elegendo como terreno privilegiado de análise o universo das produções artísticas resultantes de encomendas oficiais, no âmbito da pintura de história e da escultura pública. Para isso, partiremos de uma reflexão sobre a atuação de San Martín e Bolívar no Peru, suas perspectivas doutrinárias, para podermos avançar na compreensão dos usos políticos que deles se fizeram posteriormente no país andino, atentos às constantes revisões que se processaram, pelos interesses políticos do momento.

## GUERRA DE PRÓCERES

Como assinala Mónica Quijada (1994, pp. 15-52), ao longo do século XIX, os países hispano-americanos buscaram configurar um panteão de heróis nacionais que fosse capaz de encarnar as glórias da nação, elemento importante para construção dos novos imaginários nacionais. Buscava-se, nesse sentido, não apenas diferenciar a nação em face à antiga metrópole espanhola, mas também afirmar sua singularidade em relação aos vizinhos americanos. Segundo a autora, porém, esse processo não esteve livre de conflitos e muitas vezes instaurou uma “guerra de próceres” (Quijada, 1994, p. 36), uma vez que esses novos panteões não seriam nem absolutamente coesos – reunindo personagens que haviam assumido em vida ações políticas contrapostas, como Agustín de Iturbide e Miguel Hidalgo no México –, nem exclusivamente nacionais – no caso dos heróis compartilhados por diferentes países, como Bolívar. De fato, não foram poucos os dilemas enfrentados, sobretudo quando, ao longo da primeira metade do século XIX, não haviam se estabelecido amplos consensos em torno da memória nacional em cada um desses países. Luiz Estevam de Oliveira Fernandes (2012) recorda que, logo nos primeiros anos pós-emancipação política do México, instalou-se na praça central da sua capital a base para uma estátua, o “Anjo da Independência”. O monumento não foi construído, permanecendo, porém, a sua base na praça, que terminou sendo conhecida como *Zócalo*, “rodapé” em espanhol. Conclui o autor: “a razão para que nunca fosse construído seria a falta de resposta para a questão: *quem eram os*



*heróis a serem celebrados?”* (Fernandes, 2012, p. 179, grifos nossos).

Em Lima, podemos vislumbrar esse mesmo dilema quando a municipalidade aprovou uma reforma que alterou, de uma só vez, o nome de todas as ruas da capital peruana, em 1861. A partir dessa nova nomenclatura, os *regidores* municipais buscaram abolir a antiga toponímia de caráter espontâneo-popular então vigente na cidade, baseada em referenciais de localização espacial presentes na própria rua. Para além disso, buscou-se substituir a designação por *cuadras*, adotando-se topônimos que se aplicassem à extensão linear da via. No entanto, como analisou Gabriel Ramón Joffré (1997), ao invés de substituí-los por nomes que fizessem referência a personagens e acontecimentos memoráveis da história nacional, optou-se por uma nomenclatura de caráter geográfico, batizando-se as ruas da cidade com os nomes das unidades políticas (departamentos e províncias) e dos principais rios do país. Para além de se evitar um compromisso com um passado ainda presente, uma vez que permaneciam governando o Peru figuras ligadas aos conflitos travados nos primórdios da era republicana, reflete o autor: “[...] em qualquer caso, a quem escolher? De 355 *cuadras* tinham-se simplificado a 89 ruas, não obstante continuava sendo uma cifra bastante elevada em relação ao número de ‘batalhas vencidas’ ou a ‘fatos heroicos estatalmente consagrados’” (Ramón, 1997, pp. 86-7)<sup>2</sup>.

De fato, o terreno movediço em que atuaram os protagonistas das lutas de inde-

pendência no Peru engendrou personagens de trajetória complexa, a exemplo de José Bernardo de Tagle, marquês de Torre Tagle. Conforme Víctor Peralta Ruiz (2013, pp. 41-94), na condição de presidente da intendência de Trujillo, no norte do vice-reino, Torre Tagle proclamou a independência em 29 de dezembro de 1820, antes mesmo da proclamação de San Martín em Lima. Ele ainda se tornaria presidente do país após a saída do *Protector*, em setembro de 1822, em meio à guerra com as forças realistas. Entretanto, esse expoente da aristocracia *criolla* limenha terminaria seus dias na Fortaleza Real Felipe del Callao ao lado dos realistas, entre os quais foi buscar asilo depois de ser destituído da presidência pelo Congresso. Morreu vítima de escorbuto em setembro de 1825, pouco antes da rendição da fortaleza.

San Martín e Bolívar não escaparam a essas tensões. A passagem de cada um deles pelo Peru envolveu conflitos e disputas, que, uma vez ultrapassados, foram eclipsados ou sublinhados nas narrativas sobre a história nacional, a depender do momento político e dos enunciadores desses discursos. A seguir, buscaremos mapear essas tensões a partir de uma breve recapitulação da participação dos dois na emancipação peruana.

## SAN MARTÍN E BOLÍVAR NA INDEPENDÊNCIA DO PERU

Após a invasão francesa da Espanha e a deposição do rei Fernando VII, em 1808, não se formou em Lima nenhuma *Junta de Gobierno* que pudesse desafiar a autoridade do vice-rei Fernando de Abas-

2 Abordei esse tema, por outra perspectiva, em: Scarelli (2018).

cal e se tornar posteriormente um núcleo articulador da emancipação peruana, a exemplo do que acontecia em outras porções da América Espanhola – ainda que essas *Juntas* afirmassem, em um primeiro momento, sua lealdade ao rei cativo. O vice-reino do Peru, ao contrário, converteu-se em um verdadeiro bastião de resistência absolutista ao movimento autonomista que ganhava corpo na região, reprimindo militarmente essas iniciativas ao seu redor. Conforme Peralta Ruiz (2013, pp. 41-94), Abascal enviou expedições militares que conseguiram sufocar *Juntas* surgidas em regiões como La Paz (1809), Quito (1809) e Santiago, pondo fim à experiência autonomista chilena conhecida como *Patria Vieja* (1814). Por outro lado, após a destituição do vice-rei do Rio da Prata, Hidalgo de Cisneros, pelo *cabildo abierto* de Buenos Aires em maio de 1810, seguida da formação de uma *Junta de Gobierno*, Abascal promoveu a anexação ao Peru das províncias da audiência de Charcas, na região do Alto Peru, que até então estavam sob o controle de Buenos Aires. Graças à atuação de seus chefes militares José Manuel de Goyeneche e Joaquín de la Pezuela, conseguiu repelir ao fim todas as expedições militares enviadas pelos insurgentes rio-platenses para recuperar a região. Apoiado em milícias realistas e no seu exército, Abascal logrou debelar focos de mobilização autonomista no interior dos seus domínios, como as rebeliões em Tacna (1811), em Huánuco (1812) e em Cusco (1814), esta última, conduzida pelos irmãos *criollos* Angulo e pelo cacique Pumacahua, considerada o mais importante levantamento político contra o vice-rei por sua ampla projeção geográfica. Levando em conta esses aspectos, compre-

endemos por que os dois principais focos de luta contra a monarquia hispânica na América do Sul convergiram para o Peru no início da década de 1820: as independências na região não se consolidariam enquanto existisse um núcleo articulador da resistência realista.

Para Peralta Ruiz, o que explica o sucesso de Abascal foi a sua sintonia com as aspirações das elites peruanas, ao se mostrar capaz de oferecer uma salvaguarda militar frente à ameaça de desordem social e de conflito étnico com as populações indígena e negra do vice-reino. Nesse sentido, assombrava os *criollos* e peninsulares a memória da recente rebelião contra a opressão colonial liderada pelo *curaca* indígena José Gabriel Condorcanqui, conhecido como Túpac Amaru II, ocorrida em 1780 (Soares & Colombo, 1999). Por outro lado, as intervenções militares bem-sucedidas em Quito e no Chile e a anexação da região do Alto Peru – onde se concentravam as minas de prata –, que antes pertencera ao vice-reino, mas fora transferida para o Rio da Prata no século anterior, mobilizaram a ambição dos limenhos por um “renascimento peruano na América meridional” (Peralta, 2013, pp. 41-94). Projetava-se, assim, uma recuperação da importância política e econômica de Lima e do Peru dentro da monarquia hispânica, abalada desde a segunda metade do século XVIII pelas Reformas Bourbonicas.

Após as fracassadas tentativas de Buenos Aires de incursionar por terra pelo Alto Peru, seria pelo mar que um exército oriundo do Rio da Prata alcançaria o vice-reino do Peru, comandado pelo experimentado general José de San Martín, que já havia combatido na Península Ibérica

contra as tropas napoleônicas. Antes de desembarcar em Paracas, em setembro de 1820, o exército rio-platense havia cruzado a Cordilheira dos Andes e atuado na libertação do Chile, selada na Batalha de Maipú, em abril de 1818. Após algumas conferências entre San Martín e o novo vice-rei, José de la Serna, nas quais se tentou uma saída pacífica para o conflito, o vice-rei decidiu reunir seu exército e abandonar Lima, transferindo sua capital para Cusco, antiga capital inca incrustada na cordilheira andina. Para Marcos Cueto e Carlos Contreras (2013, p. 54), essa decisão aparentemente contraditória se justificaria pela compreensão de que era na região andina onde se concentravam a maioria da população do vice-reino e as importantes minas de prata. Desse modo, o teatro de operações militares seria transferido para a *sierra* peruana, estendendo-se pelos próximos três anos.

Com o caminho livre, as forças de San Martín puderam facilmente entrar em Lima, em cuja praça principal o general rio-platense proclamou a independência do Peru, em 28 de julho de 1821. Entre suas primeiras iniciativas, estiveram a decretação da lei do ventre-livre, que previa a liberdade dos filhos de escravos nascidos após aquela data, a libertação dos escravos que se somassem ao exército libertador e a abolição do tributo indígena – este último, no entanto, seria constantemente abolido e restaurado ao longo da história peruana. Contudo, a atuação de San Martín, convertido em *Protector del Perú*, ao longo do ano seguinte até abandonar o país em setembro de 1822, abriu espaço para questionamentos que, àquela altura, debilitaram os consensos ao redor de sua figura.

Em primeiro lugar, foi objeto de conflito a defesa de San Martín – apoiada por seu assistente, o tucumano Bernardo Monteagudo – da monarquia como alternativa de governo para o Peru independente. Opondo-se a essa ideia, destacou-se José Faustino Sánchez Carrión, em cujos textos, assinados sob o pseudônimo de *Solitario de Sayán*, rebateu o argumento de que a forma de governo a ser escolhida deveria estar adaptada às circunstâncias e aos costumes do povo. Ao final, saiu vitorioso o grupo republicano, uma vez que, logo após instalado o Congresso Constituinte peruano, definiu-se pela república (Contreras & Cueto, 2013, pp. 57-65). Em segundo lugar, causou bastante insatisfação entre as elites limenhas a postura de Monteagudo, que promoveu exílios e desapropriações contra os espanhóis peninsulares em Lima, sendo ele próprio deportado pelos limeños, que se aproveitaram da ausência de San Martín, quando este fora se reunir com Bolívar em Guayaquil. Em terceiro lugar, após um longo período de articulações e confrontos, o exército sanmartiniano não fora capaz de derrotar as forças realistas. Finalmente, em face de sua decisão de abandonar o Peru, entregando seu cargo ao Congresso Constituinte recém-eleito, o que mergulharia o país no caos até a chegada de Bolívar, abrindo espaço para a contraofensiva realista, que chegaria a reocupar Lima. Como demonstra Ana Tissera (2012/2013, pp. 215-24), em artigo que analisa as modificações no *Hino Nacional* peruano, após San Martín sair de cena e suas propostas – como o regime monárquico – não prosperarem, os símbolos por ele criados foram revisados ou abandonados, a exemplo do escudo peruano, cuja



primeira versão continha as bandeiras rio-platense e chilena, substituído em 1825.

Após o fim do *Protectorado* de San Martín, o Congresso Constituinte aceitou todas as condições colocadas por Bolívar para socorrer o Peru, outorgando-lhe poderes ditatoriais para lutar contra os realistas. Tal manobra resultou na suspensão dos artigos da primeira Constituição peruana, sancionada pelo próprio Congresso em 12 de novembro de 1823, que davam bastante poder ao parlamento e limitavam as atribuições do presidente. Àquela altura, Bolívar já havia vencido importantes batalhas contra os realistas, combatendo no antigo vice-reino de Nova Granada, que então começava a se configurar como Grã-Colômbia, reunindo as atuais repúblicas da Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá. Com o apoio do exército bolivariano, os soldados realistas de La Serna foram derrotados nas batalhas de Junín e Ayacucho, esta última travada em 9 de dezembro de 1824, comandada por Antonio José de Sucre (1795-1830). Selava-se, assim, a independência peruana e sul-americana, ainda que o último posto de resistência espanhola, estabelecido no Forte Real Felipe del Callao, só tenha se rendido em 1826, após uma longa e vã espera por socorro da península.

Por sua vez, a despeito do protagonismo de Bolívar e do exército grã-colombiano na definitiva vitória sobre as forças realistas, sua figura também não gozou de unânime prestígio em Lima. Como pondera Hugo Pereyra Plasencia (2013, pp. 97-151), nos marcos das disputas territoriais que definirão as fronteiras dos Estados-nacionais em formação, que já germinaram no processo de luta pela independência, instaurou-se

uma desconfiança mútua entre o Peru e a Grã-Colômbia, que terminou na guerra entre os dois países entre 1828 e 1829. Bolívar foi, nesse contexto, associado a decisões que prejudicaram as pretensões territoriais peruanas em favor da Grã-Colômbia, a exemplo da posse do Porto Guayaquil. Por outro lado, após o triunfo em Ayacucho, as forças gran-colombianas lideradas por Sucre invadiram o Alto Peru, convocando em seguida uma Assembleia Constituinte em Chuquisaca (atual cidade de Sucre) em 1825, que definiu pela formação de um Estado independente na região, batizado em homenagem ao libertador como Bolívia, a despeito da possibilidade então considerada desse território se somar ao Peru. Para além das disputas territoriais, instalou-se no Peru uma resistência às ideias bolivarianas consideradas autoritárias<sup>3</sup>, plasmadas na chamada *Constitución Vitalicia*, que o general havia esboçado para o novo Estado boliviano e que chegou a entrar em vigor no Peru em dezembro de 1826. Após a saída de Bolívar, eclodiu em Lima uma revolta antibolivariana que determinou a revogação dessa Constituição. Completando a escalada de tensões que antecederam à guerra, o exército peruano, comandado pelo general e futuro presidente Agustín Gamarra, invadiu a vizinha Bolívia em 1828, depôs Sucre, aliado de Bolívar, e expulsou o exército

---

3 Os posicionamentos políticos de Bolívar foram assumindo uma defesa mais pragmática da autoridade, em face da instabilidade política que se instalou durante e após as independências (Peralta, 2013, pp. 41-94). Tal movimento se manifestou em seus textos, nos quais buscou definir os contornos da nova ordem, assumindo a defesa do exercício vitalício de determinados cargos (Bolívar, 1992; Introd. Soriano).

grã-colombiano do território boliviano, por considerá-lo uma potencial ameaça ao Peru em caso de guerra.

O papel desempenhado pelos exércitos de San Martín e Bolívar na emancipação peruana já motivou intensos debates historiográficos. Heraclio Bonilla e José Matos Mar, na Apresentação da obra *La independencia en el Perú*, publicada em 1972, questionando as bases em que havia até então sido interpretada a emancipação peruana pela historiografia “tradicional” de viés nacionalista, afirmaram: “*No caso do Peru, além disso, esta Independência foi concedida e não conquistada. Ou seja, trazida desde fora pelos exércitos de San Martín e de Bolívar*” (Bonilla & Matos Mar, 1972, p. 10, grifos nossos). Bonilla e Karen Spalding desenvolvem essa ideia em um capítulo da mesma obra (Bonilla & Spalding, 1972, pp. 15-16). Por sua vez, John Lynch, em livro dedicado às independências hispano-americanas originalmente publicado em 1973, assim abriu a primeira unidade do seu oitavo capítulo, chamada “Perú, la República mal dispuesta”: “O Peru em 1823 era o *problema principal* da revolução americana, [...]. Os *criollos* não haviam se comprometido com nenhuma causa: buscando apenas conservar sua posição, esperavam que ganhasse o mais forte. *Os peruanos não produziram um grande libertador*” (Lynch, 1976, p. 299, grifos nossos). No mesmo sentido, analisando a *Declaración de Independencia* lançada pelo *cabildo abierto* de Lima em 15 de julho de 1821, que contou com a assinatura de mais de 3 mil moradores da cidade, Timothy Anna (1975, pp. 221-48) publicou um artigo com o sugestivo subtítulo “Freedom by Coer-

cion”. Para ele, a população limenha não aderiu verdadeiramente à independência, abraçando-a apenas pela completa falta de alternativas ante a evacuação do vice-rei e a presença do exército de San Martín às portas da cidade.

Scarlett O’Phelan (1985, pp. 155-91), por sua vez, propôs uma mudança de foco. Opondo-se à ideia de que a independência peruana fora concedida “*desde fora*” – em diálogo com Bonilla e Spalding, seu artigo se intitula “El mito de la independencia concedida” –, argumentou que não devemos generalizar a inatividade de Lima a todo o vice-reino. A autora sublinha que a região sul-andina, que incluía também o Alto Peru, foi um grande foco de mobilização anticolonial, onde os *criollos* tiveram protagonismo atuando ao lado de lideranças indígenas, surgindo ali uma *Junta de Gobierno* antes mesmo da rebelde Buenos Aires. Contudo, a autora reconhece que a definitiva emancipação do vice-reino foi decidida numa etapa posterior, de escala continental.

## **SAN MARTÍN E BOLÍVAR NO IMAGINÁRIO NACIONAL PÓS-INDEPENDÊNCIA**

San Martín e Bolívar foram objeto de múltiplas representações e homenagens já durante sua estadia no Peru. Ambos, trajando exuberantes uniformes militares, posaram para retratos em diversas ocasiões, entre os quais podemos destacar os do pintor afro-peruano José Gil de Castro, conhecido como “pintor dos libertadores”, por ter retratado homens como Bernardo O’Higgins, Mariano Necochea, além de San

Martín e Bolívar<sup>4</sup>. Em razão da campanha do exército gran-colombiano em Junín e Ayacucho, como analisou Natalia Majluf (2005, pp. 253-327), Simón Bolívar foi também retratado em diferentes obras na região andina, inseridas dentro da tradição iconográfica colonial de representação da sucessão genealógica de incas e monarcas espanhóis, nas quais o libertador aparecia, geralmente, substituindo governantes ibéricos, instaurando-se uma nova legitimidade política<sup>5</sup>. Para receber o libertador em Cusco, o pintor Santiago Juárez elaborou, em 1825, um escudo misturando a representação de símbolos incaicos com os generais patriotas, destacando Bolívar (Majluf, 2005, p. 276).

Por outro lado, surgiram também imagens que associavam o general aos incas não apenas na antiga capital do Tahuantinsuyo, mas também em Lima, alimentadas pelo “*incaísmo criollo*” dos primeiros anos republicanos, que permitia uma associação simbólica entre a luta pela independência peruana e a resistência indígena contra

a conquista espanhola. Exemplo disso é a gravura de Marcelo Cabello, realizada a partir de uma pintura de Pablo Rojas destinada às festas cívicas em comemoração ao aniversário do libertador, em 1825. Segundo uma descrição da imagem, representaria o inca Viracocha oferecendo o templo do Sol a Bolívar<sup>6</sup>.

Entretanto, segundo Mujica Pinilla (2013, pp. 259-312), apoiando-se em Boulton (1956), essa proliferação de retratos de Bolívar decaiu no Peru após a declaração de guerra contra a Grã-Colômbia, em 1828. As pinturas do libertador foram removidas dos prédios públicos, enquanto as conservadas em coleções particulares tiveram que ser escondidas (Ugarte & Ugarte apud Mujica Pinilla, 2013, pp. 259-312).

Não apenas em pinturas e gravuras os dois heróis foram homenageados. Como assinala Ana Tissera (2012/2013), o hino do Peru é o único que faz menção direta a San Martín, entre as três nações em cuja Guerra de Independência participou, tendo sido composto por José Bernardo Alcedo e José de la Torre Ugarte, estreando no Teatro de Lima em setembro de 1821, após um concurso convocado pelo general<sup>7</sup>. Além disso, foram lançados um decreto e uma lei que determinavam a construção de monumentos aos dois heróis, já durante a sua passagem pelo país: para San Martín, em 1822 (*Disponiendo se levante una columna...*, 6 de

---

4 Gil de Castro (1785-1837), após inserir-se na pintura em Lima, mudou-se para Santiago, em 1813, já no contexto de mobilização *juntista*, onde alcançou bastante prestígio, tornando-se depois o retratista de muitas figuras ligadas à Guerra de Independência e ao novo Estado chileno. Retornou para Lima em 1822, seguindo o rastro da expedição de San Martín. Sobre a trajetória desse pintor, ver: Majluf (2014).

5 Majluf (2005, p. 276) destaca, por exemplo, uma pintura de 1825 que, inspirando-se nas estampas de reis incas e espanhóis de Palomino, incorporou Bolívar como sucessor dos incas no lugar que antes caberia a Carlos III. Essa fórmula se repete em um biombo datado de 1837, assinado por Marcos Chillitupa Chávez, no qual há a supressão dos monarcas espanhóis, encerrando-se com uma figura equestre identificada como “Libertador del Perú”. No entanto, por se tratar do contexto da Confederação Peru-Boliviana, pode corresponder a uma representação de Andrés de Santa Cruz e não de Bolívar (Majluf, 2005, p. 283).

---

6 Marcelo Cabello, *Alegoría del triunfo de Bolívar* (1825), gravura em metal, 27,2 x 20cm, 1825. Museo de Arte de Lima (MALI). Disponível em: <https://cutt.ly/azO45IN>. Acesso em: 12/7/2021.

7 Trata-se do trecho: “*Por doquier San Martín inflamado/ Libertad, libertad, pronunció*”.



julho de 1822), e para Bolívar, em 1825 (*Disponiendo realizar una medalla...*, 12 de fevereiro de 1825)<sup>8</sup>. Os projetos não puderam se consumir àquela altura, em razão da precariedade econômica da nova república e da instabilidade política, sendo escanteados nos anos seguintes após a partida dos libertadores.

Os dois projetos acima mencionados, em 1822 e 1825, previam um monumento a San Martín e a Bolívar no mesmo local da cidade de Lima: a Plaza de la Constitución, antiga Plazuela de la Inquisición. Enquanto o decreto de 1822, assinado por Monteagudo, previa ser ali construída uma coluna ao estilo da Coluna Trajana de Roma, sobre a qual deveria se colocar uma estátua pedestre do *Protector*, a Lei de 1825, aprovada no Congresso e assinada por seu presidente, José Galdiano, determinava a construção de uma estátua equestre para homenagear Bolívar.

Desses dois projetos, apenas o monumento a Bolívar saiu do papel. Durante o governo de José Rufino Echenique (1851-1855), favorecido pela prosperidade econômica alcançada com a exportação do guano<sup>9</sup> a partir da década de 1840, foram encomendados os primeiros projetos de escultura pública para Lima: a estátua equestre de Simón Bolívar, a estátua do navegador Cristóvão Colombo, além de uma série de 12 estátuas alegorizando os signos do zodíaco e seis estátuas representando

deuses gregos para a Alameda de los Descalzos<sup>10</sup>. Em sua mensagem ao Congresso no ano de 1853, o presidente Echenique assim justificou as homenagens a Bolívar e Colombo: “Como um *testemunho de gratidão nacional*, mandei erigir em Lima duas colunas para colocar as estátuas do descobridor do Novo Mundo e do Libertador do Peru” (*Mensaje del Presidente...*, 1853, grifos nossos). Que a estátua de San Martín tenha sido excluída desse primeiro conjunto de obras encomendadas, que reservou um lugar até mesmo para a distante figura de Colombo, é sintomático do lugar não tão estimado que o general rio-platense assumiu na narrativa histórica e no panteão peruano na primeira metade do século XIX. Nesse sentido, a despeito das tensões que envolviam a figura a Bolívar, a memória da sua atuação decisiva na campanha de independência, há pouco concluída, pode ter pesado para o desfecho desses dois projetos.

A estátua de Bolívar (Figura 2), realizada na Península Itálica pelo escultor Adamo Tadolini e fundida em bronze em Munique, foi o primeiro monumento público inaugurado em Lima, no dia 9 de dezembro de 1859, aniversário da Batalha de Ayacucho, em uma cerimônia que contou com a presença de altas autoridades peruanas.

“Terminada a missa de graças, e feitos os disparos pela tropa, dirigiu-se o vice-presidente da República com os ministros, todas as autoridades e corporações e uma imensa multidão até a *Plaza de la Constitución*

8 Devo a Rodolfo Monteverde Sotil (2014) a referência que me levou a esses documentos.

9 Excremento de aves marinhas acumulado por longos períodos no litoral e nas ilhas do Peru, utilizado como fertilizante agrícola, principal artigo de exportação do país entre as décadas de 1840 e 1870.

10 Esses projetos foram estudados por Vifian López (2014).



Estátua de Simón Bolívar, 1860. Colección Elejalde - ELE056, Instituto Riva-Agüero, Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP)

[...]. O vice-presidente entrou no salão do Senado, situado na mesma praça, enquanto as tropas se formavam ao redor da estátua. [...]. A estátua estava completamente coberta com um véu que tinha as cores da bandeira nacional. A um sinal caiu o véu e todas as bandas de música a saudaram com a canção nacional, em meio a aplausos e ao assombro da multidão de presentes que admirava a perfeição da estátua e sua cor dourada. O forte de Santa Catalina a saudou com 21 tiros de canhão” (*El Comercio*, 9 de dezembro de 1859, p. 1).

A estátua de Bolívar serviu também para o governo peruano, na década de 1870, estreitar seus laços com o governo venezuelano de Guzmán Blanco – que, com algu-

mas breves interrupções, esteve no poder entre 1870 e 1888. O mandatário venezuelano solicitou utilizar o mesmo molde da estátua realizada por Tadolini, ainda presente na fundição em Munique, para fundir em bronze uma estátua do libertador destinada a Caracas, cidade natal de Bolívar e que, até aquela época, não contava com um monumento de grande envergadura em sua homenagem<sup>11</sup>. Nessa ocasião, assim escreveu o ministro de

11 Podemos citar aqui a estátua pedestre de Bolívar, realizada por Pietro Tenerani, colocada no Panteón Nacional de Caracas em 1852, similar à obra inaugurada em Bogotá em 1846, do mesmo artista (Bochicchio, 2012, p. 160).

Relações Exteriores da Venezuela a seu par peruano, em 20 de fevereiro de 1873:

“As cordiais relações de amizade que existem entre ambos os países, que aclamaram e aclamam com justo orgulho o imortal Bolívar, Libertador e Pai da pátria, inspiram no Governo da Venezuela a confiança de que o [governo] desta Nação, tão fiel depositária das glórias do Herói, verá com satisfação que o Primeiro Magistrado desta República General Guzmán Blanco pague hoje uma dívida de gratidão com o Ilustre filho de Caracas, com a ereção de uma estátua, e que dará com prazer seu consentimento para que esse monumento seja igual ao erigido pelo patriotismo do povo peruano” (Carta do Ministro..., 20 de fevereiro de 1873).

O governo peruano manifestou, em resposta, satisfação com o pedido, autorizando a utilização do molde, de modo que, hoje, Lima e Caracas possuem estátuas equestres em homenagem a Bolívar bastante parecidas – apenas os relevos do pedestal de uma das obras foram alterados, já que no Peru eles fazem alusão às batalhas de Junín e Ayacucho.

Por sua vez, durante todo o século XIX, nenhum projeto escultórico que homenageasse San Martín teve êxito no Peru, como demonstrou Rodolfo Monteverde Sotil (2014). Após o Decreto de Monteagudo, de 1822, a proposta reapareceu no ano de 1850, impulsionada pelo falecimento do general na França e viabilizada pela presença do marechal Ramón Castilla na presidência, ex-companheiro e então ainda ativo correspondente epistolar do herói. Entretanto, seu sucessor, Echenique, não

deu continuidade ao projeto, encomendando as já mencionadas estátuas de Bolívar e Colombo. Quando Castilla voltou a ocupar a cadeira presidencial, em 1855, e pôde inaugurar as obras escultóricas idealizadas na gestão anterior, tampouco avançou a homenagem a San Martín. A ideia voltaria à tona na gestão do presidente José Balta (1868-1872), que lançaria um novo decreto em 1869, também malogrado.

Apenas após a Guerra do Pacífico (1879-1883), que opôs o Peru e a Bolívia ao Chile e resultou em amargas perdas territoriais para as duas nações derrotadas, a figura de San Martín conquistaria maior projeção e destaque no país, dividindo espaço com outros personagens ligados ao conflito, como o almirante Miguel Grau e o coronel Francisco Bolognesi. Podemos atribuir essa transformação a três fatores.

Em primeiro lugar, como sublinhou Monteverde Sotil (2017, pp. 663-97) ao analisar o contexto pós-bélico em que se construiu o monumento a Bolognesi (1905), houve, da parte das autoridades de Estado peruanas, um grande empenho em estreitar laços com a Argentina, na expectativa de conseguir seu apoio e arbitragem nas disputas fronteiriças que se seguiram à guerra. Nesse esforço, foi convidado de honra para a inauguração da estátua de Bolognesi o argentino Roque Sáenz Peña, que lutara na guerra ao lado dos peruanos. Sua passagem por Lima foi ocasião para diversos discursos que exaltavam a união entre a Argentina e o Peru, desde que San Martín desembarcou em Paracas, a exemplo do presidente José Pardo, ao afirmar ser Sáenz Peña filho de uma nação “nobre amiga do Peru, desde a época gloriosa da independência ame-



ricana, na que San Martín e seus companheiros conquistaram para sempre a gratidão deste país” (*Actualidades*, 18 de novembro de 1905, s/p., grifos nossos). Da parte de Sáenz Peña, também houve um esforço por difundir a imagem do libertador, a exemplo do presente que o coronel argentino deixou ao ministro de Guerra peruano antes de sua partida, uma estatueta em bronze que reproduz a estátua de San Martín em Buenos Aires (Figura 3).

FIGURA 3



Estatueta de San Martín,  
*Actualidades*, 6 de janeiro de 1906

Em segundo lugar, como argumentou Víctor Mejía Ticona (2013, p. 55), a figura de San Martín – especialmente se comparada à de Bolívar – reunia traços valorizados pelas elites civilistas limenhas no poder nas primeiras décadas do século XX, empenhadas em afastar os militares do governo, depois das presidências de Andrés

Cáceres e Remigio Morales Bermúdez e da guerra civil entre Cáceres e Nicolás de Piérola (1894-1895). A atitude de San Martín, convocando eleições e instalando o Congresso Constituinte em meio à luta de independência, para quem entregou seu cargo de *Protector* antes de deixar o país, contrastava com os posicionamentos autoritários de Bolívar, que comandou o Peru na qualidade de “ditador”. Finalmente, como propõe Fernando Villegas Torres (2015, pp. 397-400), durante as comemorações do Centenário da Independência, em 1921, o governo peruano era ocupado por Augusto Leguía, que procurou deliberadamente associar a figura de San Martín à sua própria imagem e ao seu regime, batizado de *Patria Nueva*, apresentando-se como fundador de uma nova ordem que rompia com a era oligárquica do Partido Civil.

É desse período que datam numerosas homenagens ao libertador rio-platense, como os monumentos em Callao (1901) e Lima (1906 e 1921)<sup>12</sup>. Em 1902, a municipalidade de Lima encomendou ao pintor peruano residente em Roma, Juan Oswaldo Lepiani, a realização de uma pintura que representasse a Proclamação da Independência do Peru na Plaza Mayor. A sugestão partiu da *Sindicatura*, em ofício ao prefeito de Lima em 13 de maio de 1902:

“Lima, 13 de maio de 1902. Sr. Prefeito: Conforme o contrato celebrado pelo Conselho com D. Juan O. Lepiani, dito artista está obrigado a trabalhar na Europa, onde atualmente se encontra, dois quadros de

<sup>12</sup> Sobre esses monumentos, ver Monteverde Sotil (2014).

FIGURA 4



Juan Oswaldo Lepiani, *La proclamación de la independencia*, 1904, Museo Nacional de Arqueología, Antropología e Historia del Perú (MNAAHP)

pintura a óleo, sobre temas nacionais que designará a *Alcaldía*. Em tal virtude, a *Sindicatura* toma a liberdade de insinuar a você que, ao indicar ao artista o tema do próximo quadro, se sirva tomar como motivo *o ato de Jura da Independência na Plaza de Lima, pelo Generalíssimo D. José de San Martín*” (*Boletín Municipal*, 6 de setembro de 1902, p. 703, grifos nossos).

A obra de Lepiani (Figura 4), datada de 1904, representa o general de costas, portando a bandeira peruana e saudando com a mão direita a grande multidão disposta na praça<sup>13</sup>. Villegas Torres (2015, pp. 388-9), citando Gonzalo Portocarrero (2015), ressalta que essa obra assumiu um caráter icônico

nas representações da Independência, por sua exhaustiva representação em textos escolares.

Posteriormente, já no contexto das festas do Centenário, Juan Lepiani representou San Martín em suas conferências com La Serna, na qual o observador é levado a confrontar a figura do libertador, em pé e discursando, com um introspectivo vice-rei, sentado e reflexivo<sup>14</sup>. Nesse período, quem também se destacaria na representação do herói seria o pintor Daniel

13 Sobre essa pintura e o conjunto da obra de Lepiani, ver: Saldaña (2018).

14 Juan O. Lepiani, *La conferencia de Punchauca* (c. 1921), óleo sobre tela, 138 x 249,5cm, MNAAHP.



Daniel Hernández, *José de San Martín, libertador del Perú*, 1919, Hemiciclo principal do Congresso do Peru

Hernández, nomeado primeiro diretor da Escuela de Bellas Artes limenha em 1919. Nesse mesmo ano, Hernández representou San Martín em um retrato de corpo inteiro, portando chapéu bicorne e uma capa esvoaçante (Figura 5), hoje instalado no hemiciclo do Congresso peruano<sup>15</sup>. Essa

representação de San Martín, estampada em diferentes objetos, teve ampla circu-

<sup>15</sup> Essa pintura, bem como outra representando Bolívar, também realizada por Hernández no mesmo período, foram reproduzidas em: *Variedades* (26 de abril de 1919, p. 346).



lação nas comemorações do Centenário, em 1921, a exemplo do relógio de bolso Longines, da empresa G. Welsch y Cía - Lima (Figura 6).

FIGURA 6



“En conmemoración del centenario. Relojes ‘Longines’, *Mundial*, 15 de julho de 1921. Inscrições em relevo. Na frente: *Generalísimo Don José de San Martín*. No verso: *1er. Centenario de la Independencia del Perú - Lima, 28 de julio 1921*

## NOVOS HERÓIS

Um aspecto que de certa forma complicou a construção da memória histórica peruana foi que, em comum, San Martín e Bolívar foram dois heróis nacionais “estrangeiros”, vindos de fora, e que tiveram protagonismo no processo emancipatório do vice-reino, ao lado do também “estrangeiro” Sucre, que comandou a vitória sobre os realistas em Ayacucho. Esse dilema fica manifesto nas

palavras de José Celedonio Urrea<sup>16</sup>, em um livro publicado em 1866, dedicado a narrar os acontecimentos do Combate Dos de Mayo, conflito bélico ocorrido em 2 de maio de 1866 entre as forças peruanas e a esquadra naval espanhola nas praias de Callao. O ataque espanhol, que aconteceu após a ocupação pelos ibéricos das ilhas Chincha, no litoral peruano, foi interpretado no Peru como uma ameaça de recolonização, potencializada pelo não reconhecimento da independência peruana pela ex-metrópole até aquela data. As forças peruanas conseguiram resistir ao ataque, após o qual a esquadra espanhola abandonou o Oceano Pacífico. Porém, morreu no conflito o coronel José Gálvez, secretário de Guerra do Peru, após a explosão da sua base, a Torre de la Merced. O livro de José Celedonio Urrea se enquadrou dentro de um esforço por afirmar o Combate de Dos de Mayo como uma nova luta pela independência, dessa vez protagonizada por heróis genuinamente “nacionais”, como o coronel Gálvez. Para Urrea, o combate terminou “dando a conhecer ao mundo inteiro que na terra dos filhos do Sol há heróis”. Comparando o Combate de Callao com a Guerra de Independência, Urrea afirmou que “se o 9 de dezembro de 1824 nos deu independência, o 2 de maio de 1866 nos deu respeitabilidade, honra e glória” (Urrea, 1866, pp. III-IV).

Outras figuras, oriundas do Peru e que tiveram destaque nas lutas de independência, como o marechal Ramón Castilla, que combateu na Batalha de Ayacucho, não gozaram

<sup>16</sup> Advogado nascido em Quito, filho de pais limenhos e radicado por longo período na capital peruana (cf. Brito Ramos, 2017, p. 28).

dos amplos consensos necessários para se atingir a condição de herói nacional no século XIX, seja por sua prolongada atuação política – Castilla foi presidente, por duas vezes, até inícios da década de 1860 –, seja pelos constantes embates próprios do cenário político conturbado do país – vale lembrar que Castilla morreu em 1867 enquanto se dirigia a Lima, depois de ter sido exilado no Chile, com o objetivo de organizar uma revolução contra o governo de Mariano Ignacio Prado, de modo que o Congresso peruano vacilou sobre que funerais oferecer ao ex-presidente (Casalino, 2008, pp. 125-33). Tais embates acompanharam esses personagens que, uma vez conquistada a independência, pretenderam seguir atuantes ou disputar o poder. Como lembra Maria Ligia Prado (2014, p. 69), muitos terminaram assassinados, como Bernardo Monteagudo, apunhalado em Lima, e Sucre, emboscado no interior colombiano.

Momento decisivo para a consolidação do panteão peruano foi, porém, a Guerra do Pacífico, conflito no qual morreram importantes oficiais peruanos de alta patente em combate. Como pondera Iván Millones (2002, pp. 28-9), no período posterior à guerra, as datas comemorativas vinculadas à Independência, como o dia 28 de julho, foram ocasião para manifestações cívicas relacionadas à guerra contra o Chile, como a colocação da pedra fundamental do monumento a Bolognesi, em 1902, de modo que a celebração da Independência e dos seus heróis foi relegada a um segundo plano.

Com o passar do tempo, personagens antes incômodos ou pouco consensuados na sociedade peruana puderam, neutralizados os antigos dissensos, atingir a condição de heroicidade, especialmente em governos

militares. Segundo Millones (2002, pp. 32-3; p. 50; p. 78), esse foi o caso de Castilla, exaltado durante o governo de Manuel Odría (1948-1956), lembrado por ter sido o responsável pela abolição da escravidão e do tributo indígena, considerado um exemplo de estadista no momento em que ao exército interessava sublinhar a compatibilidade entre a carreira militar e o exercício do poder. Outro personagem resgatado no século XX, no âmbito de um discurso histórico nacional que buscava “peruanizar” a independência (Loayza, 2015, pp. 71-2), foi o antes ainda mais incômodo Túpac Amaru II, líder da rebelião indígena em 1780. Como assinalou Gabriela Pellegrino (2000, pp. 125-6), o líder rebelde foi então, junto com o universo indígena de maneira geral, mobilizado como elemento legitimador para as reformas que o governo do general Juan Velasco de Alvarado (1968-1975), à frente do Gobierno Revolucionario de la Fuerza Armada, tentou implantar no Peru. Da década de 1960 data, por exemplo, o pedido de Carlos Valcárcel (1966), presidente do Instituto de Historia de la Educación Peruana e catedrático da Universidad de San Marcos, enviado ao prefeito de Lima solicitando a colocação de uma placa recordatória que marcasse o local onde teria vivido Túpac Amaru II por um período – segundo “documentos do Archivo General de Indias”. Para Valcárcel, a placa deveria trazer a seguinte inscrição: “*Nesta calle de la Concepción residíu, entre 1776 e 1778, o prócer José Gabriel Tupac Amaru, precursor da Independência e primeiro libertador dos escravos em 16 de novembro de 1780*” (Valcárcel, 1966, grifos nossos). A independência adquire, nesse discurso, um evento precedente e um herói precursor “nacional”.

## REFERÊNCIAS

- ACTUALIDADES. "La inauguración". Lima, ano 3, n. 138, 18 de novembro de 1905, s/p.
- ACTUALIDADES. "Obsequios". Lima, ano 4, n. 145, 6 de janeiro de 1906, s/p.
- ANNA, T. E. "The Peruvian Declaration of Independence: freedom by coercion". *Journal of Latin American Studies*, v. 7, n. 2, nov. 1975, pp. 221-48.
- BOCHICCHIO, L. "L'immagine di Cristoforo Colombo nella scultura italiana in America tra Ottocento e Novecento", in V. Paola (ed.). *Sguardi sul Mediterraneo. Atti del Convegno Internazionale: Genoa, Columbus and the Mediterranean*. Génova, Università degli Studi di Genova, 2012, pp. 155-68.
- BOLETÍN Municipal. "Sindicatura. Ofícios". Lima, ano II, n. 88, 6 de setembro de 1902.
- BOLÍVAR, S. *Escritos políticos*. Trad. Brand e Baptista. Campinas, Unicamp, 1992.
- BONILLA, H.; MATOS MAR, J. "Presentación", in *La independencia en el Perú*. Lima, IEP, 1972, pp. 9-13.
- BONILLA, H.; SPALDING, K. "La Independencia en el Perú. Las palabras y los hechos", in *La independencia en el Perú*. Lima, IEP, 1972, pp. 15-64.
- BOULTON, A. *Los retratos de Bolívar*. Caracas, Editorial Arte, 1956.
- BRITO RAMOS, J. J. "Josefa Montes, la última esclava del Congo". *Revista del Archivo General de la Nación*, n. 32, 2017.
- CARTA do Ministro de Relações Exteriores da Venezuela. Caracas, 20 de fevereiro de 1873. Caixa 218, carpeta 11, código 6, fólhos 8-9. Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú.
- CASALINO SEN, C. *Los héroes patrios y la construcción del Estado-nación en el Perú* (siglos XIX y XX). Tese de doutorado. Lima, UNMSM, 2008.
- CONTRERAS, C.; CUETO, M. *Historia del Perú contemporáneo: desde las luchas por la independencia hasta el presente*. 5ª ed. Lima, IEP, 2013.
- DISPONIENDO realizar una medalla, en honor del Libertador, así como una estatua en su honor. Lei publicada em 12 de fevereiro de 1825, assinada por José María Galdiano. *Archivo Digital de Legislación del Perú*. Disponível em: <https://cutt.ly/NcNH4Fk>. Acesso em: 8/3/2021.
- DISPONIENDO se levante una columna, en la plazuela de la Constitución, que represente al protector del Perú. Decreto publicado em 6 de julho de 1822, assinado por Monteagudo. *Archivo Digital de Legislación del Perú*. Disponível em: <https://cutt.ly/3cNJhb9>. Acesso em: 8/3/2021.
- EL COMERCIO. "Inauguración de la estatua de Bolívar". Lima, ano 21, n. 6.246, 9 de dezembro de 1859, p. 1.
- EL COMERCIO. Lima, n. 30.257, 28 de julho de 1921, p. 1.
- FERNANDES, L. E. O. *Patria mestiza: a invenção do passado nacional mexicano (séculos XVIII e XIX)*. Jundiaí, Paco Editorial, 2012.
- LOAYZA PÉREZ, A. "La independencia peruana. Memoria e historia". *Revista Argumentos*, IEP, n. 3, ano 9, julho de 2015, pp. 69-74.
- LYNCH, J. *Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826*. Barcelona/Caracas/México, Editorial Ariel, 1976, cap. 8.
- MAJLUF, N. (ed.). *José Gil de Castro. Pintor de libertadores*. Lima, Mali, 2014.

- MAJLUF, N. "De la rebelión al museo: genealogías y retratos de los incas, 1781-1900", in T. Cummins (org.). *Los incas, reyes del Perú*. Lima, Banco de Crédito, 2005, pp. 253-327.
- MEJÍA TICONA, V. *Prefiguración de la Plaza San Martín y su monumento (1899-1921)*. Dissertação de mestrado em História da Arte. Lima, PUCP, 2013.
- MENSAJE del Presidente Constitucional del Perú, General José Rufino Echenique, al Congreso Nacional, el 28 de julio de 1853. Disponível em: <https://cutt.ly/FcNHUVF>. Acesso em: 8/3/2021.
- MILLONES MARÍÑEZ, I. E. *De caudillo militar a héroe nacional: la creación de la figura heroica del mariscal Andrés B. Cáceres entre la República Aristocrática y el Tercer Militarismo (1895-1939)*. Dissertação de mestrado em História Política. Lima, UNMSM, 2002.
- MONTEVERDE SOTIL, R. "Política internacional de la posguerra del Pacífico, remodelación urbana y proyectos escultóricos de Lima: el monumento público a Francisco Bolognesi y los Caídos en la Batalla de Arica (1905)". *Historia*, n.50, vol. II, jul.-dez. 2017, pp. 663-97.
- MONTEVERDE SOTIL, R. *Proyectos estatales y privados para erigir un monumento público al general José de San Martín en Lima y Callao (1822-1921)*. Tesis para el Título de Licenciado en Arte. Lima, UNMSM, 2014.
- MUJICA PINILLA, R. "La cultura", in C. Contreras (dir.); S. O'Phelan (coord.). *El Perú: crisis imperial e independencia, v. 1 (1808-1830)*. Madrid, Mapfre/Taurus, 2013, pp. 259-312.
- MUNDIAL. Lima, ano II, n. 64, 15 de julho de 1921.
- O'PHELAN GODOY, S. "El mito de la 'independencia concedida': los programas políticos del siglo XVIII y del temprano XIX en el Perú y Alto Perú (1730-1814)". *Historica*, v. IX, n. 2, 1985, pp. 155-91.
- PERALTA RUIZ, V. "La vida política", in C. Contreras (dir.); S. O'Phelan (coord.). *El Perú: crisis imperial e independencia, v. 1 (1808-1830)*. Madrid, Mapfre/Taurus, 2013, pp. 41-94.
- PEREYRA PLASENCIA, H. "El Perú en el mundo", in C. Contreras (dir.); S. O'Phelan (coord.). *El Perú: crisis imperial e independencia, v. 1 (1808-1830)*. Madrid, Mapfre/Taurus, 2013, pp. 97-151.
- PORTOCARRERO, G. *La urgencia por decir 'nosotros': los intelectuales y la idea de nación en el Perú republicano*. Lima, Fondo Editorial PUCP, 2015.
- PRADO, M. L. C. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo, Edusp, 2014.
- QUIJADA, M. "¿Qué nación? Dinámicas y dicotomías de la nación en el imaginario hispanoamericano del siglo XIX", in F. Xavier-Guerra; M. Quijada (ed.). *Imaginar la nación*. Münster, Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos, 1994.
- RAMÓN JOFFRÉ, G. *A cidade ordenada. Intervenção urbana e projeto político na Hispano-América: Lima na segunda metade do século XIX*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Prolam/USP, 1997.
- SALDAÑA NIÑO, A. *La historia nacional en la pintura de Juan Lepiani*. Tesis para el Título de Licenciada en Arte. Lima, UNMSM, 2018.
- SCARELLI, R. D. "A batalha dos nomes: antiga toponímia de Lima e a reforma de 1861". *Ponto Urbe*, NAU-USP, n. 23, dezembro de 2018.
- SCARELLI, R. D. *Nos altares da pátria: monumento al Combate Dos de Mayo e monumento a Francisco Bolognesi em Lima (1866-1924)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, USP, 2019.



- SOARES, G. P. *Projetos políticos de modernização e reforma no Peru: 1950-1975*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2000.
- SOARES, G. P.; COLOMBO, S. *Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do século XX*. São Paulo, Humanitas, 1999.
- TISSERA, A. "San Martín y Bolívar: los himnos nacionales del Perú". *Ciencia Ergo Sum*, vol. 19-3. Toluca, UAEM, nov. 2012-fev. 2013, pp. 215-24.
- UGARTE Y UGARTE, J. *El pintor austriaco Frans Martín Drexel (1792-1863) en la iconografía bolivariana*. Lima, 1973.
- URREA, J. C. *Una pagina gloriosa para la historia del Péru o el Dos de Mayo de 1866*. 2ª ed. Lima, Imprenta dirigida por Montemayor, 1866.
- VALCÁRCEL, C. Ofício ao Alcalde de Lima. Lima, 15 de agosto de 1966. Consejo Provincial de Lima – año 1966. Sección Mesa de Partes. Archivo Historico de la Municipalidad de Lima.
- VARIÉDADES. "Una visita a la Escuela de Bellas Artes. Las obras de Hernández". Lima, ano XV, n. 582, 26 de abril de 1919.
- VIFIAN LÓPEZ, D. *Escultura civil pública estatal em Lima de 1852 a 1860*. Tesis para el título de Licenciado en Artes. Lima, UNMSM, 2014.
- VILLEGAS TORRES, F. *Vínculos artísticos entre España y el Perú (1892-1929): elementos para la construcción del imaginario nacional peruano*. Lima, Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2015.